



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA	
Processo Digital nº:	1007729-55.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Espécies de Contratos
Requerente:	Graziele Viana Bortolotti
Requerido:	Banco Santander (Brasil) S/A

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

GRAZIELA VIANA BORTOLOTTI, qualificada na inicial, ajuizou AÇÃO REVISIONAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, em face de BANCO SANTANDER S.A, também qualificado na inicial, alegando ter firmado com o réu, em 15/02/2012, contrato de financiamento no valor de R\$ 4.516,07, renegociado em 14/05/2013 para a quitação de duas (02) operações, das quais não possui copia do contrato, uma no valor de R\$ 7.103,06 nº 302700000290860168 e outra no valor de R\$ 3.192,69 nº 302700024290320424, totalizando R\$ 10.296,69 que, ao final dos pagamentos, somaria R\$ 19.067,94, de modo a concluir tenha o réu praticado anatocismo e se utilizado de taxas de juros superiores a 12% ao ano e mesmo à taxa média de mercado, à vista do que requereu a revisão dos contratos para exclusão dos juros capitalizados, bem como a redução de sua taxa a 12% ao ano ou à taxa média de mercado, afastando-se os encargos moratórios, e que, ainda, seja o réu condenado à repetição dos valores cobrados a maior.

Indeferida a antecipação de tutela, o banco réu contestou o pedido sustentando inexistência de vícios nos contratos realizados entre as partes, que não pode ser alterado, ante o princípio da *pacta sunt servanda*, e que gera a falta de interesse processual da requerente, não havendo anatocismo, visto que as prestações são prefixadas, com juros normais praticados pelo mercado, sendo as tarifas previstas e autorizadas pelo Banco Central, sendo admissível a capitalização inferior a um ano, conforme autoriza a MP 1964-17, ratificada pela MP 2170-36. De modo a concluir pela improcedência da ação.

A autora replicou reiterando os termos da inicial.

Foi determinado que o réu exhibisse nos autos os contratos nº 302700000290860168, no valor de R\$ 7.103,86, e o contrato de nº 302700024290320424, no valor de R\$ 3.192,69.

O requerido banco, trouxe aos autos o contrato de crédito nº 8600000290, a que efetivamente corresponde ao documento requerido nos autos, nº 30270000290860168, contudo, informou ainda, que o outro contrato, sob o nº 302700024290320424 já havia sido juntado pela própria requerente.

O prazo para a requerente manifestar-se sobre referidos documentos juntados, transcorreu em branco.

É o relatório

DECIDO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com o devido respeito à autora, há, de fato, uma inépcia da petição inicial, atento à manifesta inobservância do disposto no §2º do art. 330, do Novo Código de Processo Civil, que assim determina: *"nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito"* (o grifo é nosso). O simples fato de indicar breve resumo de seus pedidos não é capaz de elidir a falta de impugnação específica.

Segundo aponta a doutrina tratando do referido dispositivo legal, *"não basta que o autor formule o pedido de revisão dos valores inerentes ao contrato, deve precisar qual é a obrigação que deseja controverter, além de especificar o quantum do débito é incontroverso, uma vez que esse deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados ao longo do desenvolvimento do processo (ou seja, tornar o pedido de revisão o mais determinado possível)"* - cf. GEORGES ABOUD E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS – os grifos são nossos ¹.

E assim se exige porque, ainda segundo apontado na doutrina, *"houve um equívoco cometido nos primeiros tempos de aplicação do Código de Defesa do Consumidor: o de se pressupor estar diante de um contrato com cláusulas necessariamente abusivas, tão somente pela desigualdade das posições das partes, na formação do contrato de adesão"* (cf. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros ³).

A partir dessa equivocada premissa, conclui TERESA ARRUDA ALVIM, *"muitas dessas ações foram ajuizadas sem um mínimo de fundamento fático ou jurídico, no intuito exclusivo de protelar o cumprimento de obrigações contratuais, sendo evidente a má-fé (processual e contratual) por parte desses autores"* (idem, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros ⁴ - os grifos constam do original).

Ora, ocorre que o processo civil é guiado pelo princípio da *substanciação*, que obriga o autor, nos termos do que regula o inciso III do art. 319, do Código de Processo Civil, a *"expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido"*, requisitos esses que *"a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida"*, pois da clareza desses dados dependerá *"que o réu possa preparar sua defesa"* (cf. MOACYR AMARAL SANTOS ⁵).

Mas não é só: *"fatos descritos são segmentos da História, ou eventos da vida, aos quais o demandante atribui a eficácia que lhe conferir o direito alegado e a necessidade de tutela jurisdicional postulada. Das dimensões que tiverem dependerão os*

¹ GEORGES ABOUD E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS, *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, n. 3. ao art. 330, p. 844.

³ TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros, *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, nota ao art. 330, p. 558.

⁴ TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros, *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, nota ao art. 330, p. 558.

⁵ MOACYR AMARAL SANTOS, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Vol. 2, Saraiva, SP, 1999, p. 133.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

limites da sentença *a ser proferida* (art. 128); *bem como os da coisa julgada que sobre ela incidir*” (cf. CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO ⁶).

Portanto, se não há uma clara descrição dos vícios dos negócios que se quer revistos, impossível ao julgador dirigir a prova e, mais que isso, proferir uma sentença, já que essa deverá observar as *questões postas* pelo autor (cf. art. 128, Código de Processo Civil), como ainda os limites do pedido (cf. art. 460, mesmo Codex).

Por isso mesmo se tem decidido que “*insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações*” (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator – grifos nossos), pois a “*alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório*” (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator ⁷).

Destaco que mesmo após a exibição dos contratos impugnados nos autos, momento em que seria possível a autora realizar o devido cálculo quantum do débito é incontroverso, ante a alegação na petição inicial que tal cálculo não era possível porque não possui os contratos, aquela manteve-se inerte, não apresentando novas alegações.

Contudo, em homenagem ao princípio da efetividade da jurisdição, cumpre a este Juízo considerar que a pretensão da autora, ao concluir pela existência de valores discrepantes, ou abusividade, não resiste a uma mínima análise do caso.

Ocorre que, confessada a mora, não há como se olvidar assista ao banco réu, enquanto credor, o direito de aplicar aos valores devidos os encargos contratados.

Sem prejuízo, a fim de homenagear o princípio da efetividade da jurisdição, destaca-se que a “*A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco*”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “*tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade*” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 ⁸).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “*a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar*”.

Ou seja, beira a má-fé a pretensão de limitação dos juros remuneratórios a 12% ao ano.

No que diz respeito a uma eventual prática de anatocismo, segundo os contratos de fls. 134/146, o empréstimo foi contratado para pagamento em 48 (quarenta e oitos) parcelas mensais de valor igual, calculadas a partir de juros pré-fixados,

⁶ CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 127/128.

⁷ LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

⁸ www.esaj.tjsp.jus.br

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

circunstâncias em que, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não haverá se falar em anatocismo, atento a que, *“no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros”* (cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ⁹).

E assim é porque *“em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida”* (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 ¹⁰).

E tampouco de abusividade caberá se falar em razão de que o negócio tenha sido firmado em instrumento de adesão, atento a que mesmo o Código de Defesa do Consumidor *“não fulmina de nulidade todos os ajustes, mesmo nos contratos de adesão, que possam ser havidos, posteriormente, pelo contratante de menor poder econômico como desfavoráveis a ele em algum aspecto”* (Ap. nº. 522.303-00/6 – 2º TACSP – v. u. - VIEIRA DE MORAES, Relator) ¹¹.

Destaco que a cédula de crédito bancários de fls. 134/146 não tem previsão para cobrança de comissão de permanência, encargo que, aliás, não se vislumbra esteja sendo cobrado, restando, portanto, afastada a alegação de cumulação de juros remuneratórios com comissão de permanência.

Diante dessas considerações, fica evidente que a pretensão de ver realizada perícia contábil tem objetivo exclusivamente protelatório. Rejeita-se a postulação, portanto, nessa parte.

Em resumo, a ação é improcedente, cumprindo à autora arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto duraremos efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ela concedida.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 12 de julho de 2017.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

⁹ www.esaj.tjsp.jus.br.

¹⁰ www.esaj.tjsp.jus.br

¹¹ JTACSP, Vol. 174, pág. 423;